

O SURGIMENTO DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL (CBAI)

Mário Lopes Amorim

Resumo

O trabalho procura compreender o contexto em que se situa a cooperação estadunidense na formação dos professores brasileiros de ensino industrial, com o objetivo de formá-los para atuar junto a seus alunos na perspectiva de preparação destes para a atividade industrial, pela aplicação de métodos específicos para tal, evidenciando seu caráter de racionalização produtiva. Desta forma, a disciplinarização pelo trabalho permanece na ordem do dia, ao lado da divulgação dos ideais do "*american way of life*" e da crescente influência estadunidense no Brasil, sob vários aspectos. Por fim, somando-se a isto o discurso, cada vez mais presente, da urgente necessidade da preparação de técnicos para atender as demandas do setor secundário da economia, cuja qualificação, além de permitir-lhes a garantia de emprego e de ascensão social, possibilitar-lhes-ia um papel fundamental na busca de superação da condição de país subdesenvolvido, até então ostentada pelo Brasil.

Palavras-chave: CBAI; história da educação profissional; americanização; ensino industrial.

THE RISING OF THE BRAZILIAN-AMERICAN COMMITTEE OF INDUSTRIAL EDUCATION (CBAI)

Abstract

This research looks for to understand the context where if it points out the american cooperation in the formation of the Brazilian professors of industrial education, with the objective to form them to act together its pupils in the perspective of preparation of these for the industrial activity, for the application of specific methods for such, evidencing its character of productive rationalization. Of this form, the discipline for the work remains in the order of the day, to the side of the spreading of the ideals of "*american way of life*" and of the increasing american influence in Brazil, under some aspects. Finally, adding it this the speech, each more present time, of the urgent necessity of the preparation of technician to take care of the demands of the secondary sector of the economy, whose qualification, besides allowing them guarantee it of job and social ascension, would make possible a basic paper to them in the search of

overcoming of the condition of underdeveloped country, until then exhibited for Brazil.

Keywords: CBAI; history of the professional education; americanism; industrial education.

EL SURGIMIENTO DE LA COMISIÓN BRASILEÑA- ESTADOUNIDENSE DE EDUCACIÓN INDUSTRIAL (CBAI)

Resumen

El trabajo busca comprender el contexto en que se ubica la cooperación estadounidense en la formación de los profesores brasileños de enseñanza industrial, con el objetivo de formación para que estos profesores pudieran actuar junto a sus alumnos en la perspectiva de preparación de estos últimos para la actividad industrial, por la aplicación de métodos específicos para tal, evidenciando su carácter de racionalización productiva. De esta forma, disciplinar por el trabajo permanece en el orden del día, al lado de la divulgación de los ideales del "*american way of life*" y de la creciente influencia estadounidense en el Brasil, bajo varios aspectos. Por fin, añadiéndose a esto el discurso, cada vez más presente, de la urgente necesidad de la preparación de técnicos para atender las demandas del sector secundario de la economía, cuya calificación, además de permitirles la garantía de trabajo y de ascenso social, les posibilitaría un rol fundamental en la busca de superación de la condición del país subdesarrollado, hasta entonces, ostentada pelo Brasil.

Palabras-clave: CBAI; historia de la educación profesional; influencia estadounidense; enseñanza industrial.

Propomos analisar neste artigo a contextualização da criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), um programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos em 1946, com o objetivo de formar professores para atuar no Ensino Industrial, numa conjuntura em que o Brasil vinha experimentando um processo de expansão industrial, que se esboçava desde a década de 1930, aliada à crescente preocupação dos Estados Unidos com a América Latina, já observada durante a Segunda Grande Guerra, e ampliada com a irrupção da Guerra Fria. A CBAI pode ser tomada como um exemplo concreto da influência exercida por concepções educacionais elaboradas nos E.U.A. sobre a educação brasileira no pós-guerra, que apontariam para a superação do subdesenvolvimento na América Latina.

Assim, podemos situar a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial no contexto da chamada "Política da Boa Vizinhança", empreendida pelo governo estadunidense com seus vizinhos latino-americanos, durante a Segunda Grande Guerra. Tal política seria o instrumento para o projeto de "americanização" para o continente, cujo objetivo seria a adoção do chamado *american way of life*, tanto na América Latina, como posteriormente por todo o planeta. Para tanto, era extremamente importante a divulgação das vantagens da ideologia do americanismo para o subcontinente. De acordo com Antonio Pedro Tota, tal ideologia baseava-se nos ideais de democracia, progressivismo e tradicionalismo. A democracia estaria ligada "às idéias de liberdade, de direitos individuais e de independência". (TOTA, 2000, p. 19). O progressivismo seria o componente mais importante, pelo fato de estar relacionado com o racionalismo e com a capacidade produtiva do ser humano. A idéia é que

o mercado podia oferecer em abundância vários produtos úteis e atraentes, criando uma nova forma de prazer: o prazer de consumir. Ora, como esses produtos estariam ao alcance de qualquer pessoa, independentemente da posição na sociedade de classes, a vida ficaria muito mais

fácil, agradável e enriquecedora. [...] A via era o mercado. (TOTA, 2000, p. 20).

E quanto ao tradicionalismo, aqui podemos fazer referência ao "enaltimento dos valores familiares, a coragem dos indivíduos, o temor a Deus". (TOTA, 2000, p. 20). Estes seriam os parâmetros pelos quais a sociedade brasileira poderia basear-se para a sua modernização, destacando-se, como já mencionado acima, a idéia de progressivismo, que seria o principal fator capaz de promover o desenvolvimento. Graças a ele, estariam

eliminadas as dificuldades da vida no mundo moderno, [...] também removidas as fontes de insatisfação social. Paz social alcançada pela generalização do consumo. Algumas palavras adquiriram um significado mítico na ideologia do americanismo: *progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida*. (TOTA, 2000, p. 20, grifos do autor).

Assim, no processo de americanização do Brasil estão presentes tanto o progressivismo quanto o tradicionalismo, e ambos esses componentes do americanismo estão muito presentes nos discursos dos integrantes da CBAI, sejam eles estadunidenses ou brasileiros, bem como nas falas produzidas sobre o ensino industrial ao longo do período em que a Comissão funcionou.¹ Já quanto à democracia, esta passa a ser tida como o regime político ideal, principalmente com a derrota do nazi-fascismo no conflito mundial e a condenação do socialismo soviético. A convocação de Assembléia Constituinte em 1945, e a queda do Estado Novo reforçam essa situação, embora se trate de uma democracia que manterá muitos traços autoritários, característica que marca o governo Gaspar Dutra.

¹ É certo que a maioria dessas palavras já apareciam nos discursos sobre o ensino industrial desde a década de 1930. Para tanto, ver AMORIM, 2004.

Portanto, podemos ressaltar o duplo objetivo do projeto de americanização: ao mesmo tempo visava a integração da América Latina ao mercado estadunidense, bem como o afastamento do subcontinente de influências socialistas e nacionalistas. Para tanto, fazia-se necessário combater a miséria e o subdesenvolvimento na região, com "a adoção de medidas que tornassem a economia latino-americana mais competitiva. A segurança da nação norte-americana dependia de uma estreita cooperação – econômica e cultural – com todos os governos das Américas". (TOTA, 2000, p. 48).

A crescente influência dos programas de cooperação e o surgimento do Ponto IV

É neste contexto que vão se multiplicando as iniciativas estadunidenses para a América Latina e para o Brasil. Em 1940, ainda durante a guerra, é criado o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, que no ano seguinte mudaria de denominação para *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), comandado por Nelson Rockefeller. Os objetivos dessa agência não deixam dúvidas:

[...] luta contra a expansão do nazismo, mas acima de tudo prevalecia a visão política do empresário que queria afastar da América Latina os produtos alemães que concorriam com os americanos. Ao mesmo tempo, as propostas socialistas – que salientavam o antagonismo capital-trabalho – poderiam ser combatidas com a propaganda do modelo americano: consumo de produtos maravilhosos, progresso material e bons salários. Por tudo isso, a industrialização no subcontinente deveria ser estimulada, interligada com a intensificação das relações comerciais. (TOTA, 2000, pp. 51-2).

Para tanto, a agência estadunidense trabalhou na divulgação do *american way of life* utilizando-se principalmente da imprensa e da propaganda. "Era necessário empregar todos os meios para consolidar a imagem do modelo a ser seguido, isto é, os Estados Unidos deveriam ser um paradigma. Liberalismo e democracia". (TOTA, 2000, p. 54). Assim, até o final da Segunda Grande Guerra, o Brasil sofrerá uma enxurrada de americanismo, basicamente através dos meios de comunicação² e pelas iniciativas de cooperação econômica, cultural e educacional.

O interesse estadunidense pela América Latina e especificamente pelo Brasil vem de encontro ao processo de substituição de importações vivido pela indústria brasileira. Como já frisado anteriormente, há todo um discurso, capitaneado pelo próprio governo Vargas, da necessidade da industrialização como caminho de superação da condição de subdesenvolvimento vivida pelo país. Nessa mesma direção seguiam os industriais, procurando caracterizar-se como a classe produtora por excelência, cujo discurso enfatizava "a necessidade de um Estado forte e promotor da integração do mercado interno, a necessidade de uma intervenção econômica por parte do Estado de modo a assegurar a proteção à produção nacional e o bem-estar social da Nação" (MENDONÇA, 1985, p. 20). De fato, tal discurso acaba tornando-se hegemônico, uma vez que é incorporado pelo próprio Estado como condição essencial para o desenvolvimento do país. O projeto da burguesia industrial para a industrialização compunha-se dos seguintes itens, na visão de Sonia Mendonça:

- a) a superação – via indústria – do grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira face às oscilações e crises do mercado mundial; b) a condenação da exportação de bens primários como sustentáculo exclusivo da economia nacional; c) o estabelecimento da identidade entre industrialização e "grandeza nacional"; e d) a convocação

² Para maiores detalhes a esse respeito, ver TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. SP: Cia. Das Letras, 2000.

do Estado para a tarefa de implantação da indústria pesada, não apenas ampliando suas funções de coordenação econômica, como também aquelas de investidor nos setores de infra-estrutura básica. (MENDONÇA, 1985, p. 21).

A queda do Estado Novo não veio alterar tal situação. Se num primeiro momento o governo Gaspar Dutra rompia com a concepção varguista de nacionalismo econômico e intervencionismo, adotando o liberalismo econômico, logo tal política foi refutada, devido ao esgotamento das reservas a ao crescimento da dívida externa. Já a partir de 1947, adota-se um maior controle cambial e das importações, privilegiando-se alguns setores tais como a maquinaria, o que acabou beneficiando o setor industrial. Logo,

os interesses do setor industrial já tinham sido objeto de políticas específicas havia alguns anos e os pleitos a favor da modernização da infra-estrutura, recorrentes ao longo da administração Dutra, são sinais inequívocos da consolidação do setor secundário como motor do desenvolvimento da economia nacional. (SARETTA, 1995, p. 123).

Ao mesmo tempo, redefinem-se as condições da dependência brasileira em relação aos E.U.A. Com o final da Segunda Grande Guerra e o advento da Guerra Fria, verifica-se uma mudança no processo de construção da hegemonia estadunidense junto aos países latino-americanos. De acordo com Maria Ciavatta,

A preocupação dos Estados Unidos com a influência da União Soviética nos países europeus traduziu-se para a América Latina na Doutrina Truman, em 1947, a qual expressava a hostilidade americana face à expansão do socialismo. Entre outros aspectos, a Doutrina Truman indicava e justificava a interferência norte-americana em assuntos políticos internos das nações dependentes – orientação que será fortalecida nas décadas seguintes,

com o estabelecimento dos regimes ditatoriais em vários países latino-americanos. A Doutrina Truman é particularizada em um programa de assistência e cooperação para com as "áreas subdesenvolvidas", o Ponto IV, anunciado pelo Presidente Truman como um programa em favor da "paz e liberdade". (CIAVATTA, s.n.t., s.p.)

O novo governo identificava-se com a defesa dos "valores ocidentais", colocando-se claramente ao lado dos E.U.A. na polarização que se desenhava no mundo pós-guerra. Durante o conflito recém-findo, a colaboração brasileira para o esforço de guerra criou a idéia de uma relação "especial" entre os dois países, que se prolongaria mesmo após o final do conflito, garantindo a cooperação estadunidense aos projetos de superação das condições de subdesenvolvimento do país. De fato, mesmo com as preocupações dos E.U.A. com o Plano Marshall e com a situação no Extremo Oriente, não faltaram atenções para o Brasil.

Talvez em nenhum outro continente, a avassaladora presença dos Estados Unidos se fazia sentir tão amplamente quanto na América Latina do imediato pós-guerra. Pela primeira vez na história, adquiriam o virtual monopólio de influência na região, constituindo praticamente sua única fonte de capitais, da assistência técnica e militar e seu mais importante mercado. (MALAN, In: FAUSTO, 1984, p. 58).

É nesse contexto que se pode compreender o surgimento dos programas de cooperação entre E.U.A. e Brasil. No que concerne ao setor educacional, já em 1941 estabeleceu-se um programa de intercâmbio, onde jovens de países latino-americanos eram selecionados para estudarem nos Estados Unidos, inclusive na área da indústria. (TOTA, 2000, p. 81). Em 1943 realizou-se em Havana a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, sendo aprovada no referido evento a Recomendação XV, intitulada "Escolas de Ensino Industrial e Técnico". Tal Recomendação considerava a importância cada vez

maior da formação de mão-de-obra especializada para as atividades de direção e execução do processo produtivo, o que demandará um número cada vez maior de escolas técnicas, desde que voltadas prioritariamente para as atividades práticas, com o objetivo de capacitação de trabalhadores capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico de seus países; para que isso se concretizasse, recomendava-se que fossem multiplicadas as escolas técnicas, incluídas aí as industriais, articuladas com a educação primária e secundária, e que visassem a preparação para o trabalho para uma melhor capacitação do trabalhador, sem prejudicar sua formação cultural, e ao mesmo tempo se estimulasse os serviços de orientação profissional para auxiliar no melhor aproveitamento dos indivíduos para o progresso social. (Apud FONSECA, C. S., 1961, pp. 562-3, v. 1). A mesma Conferência

recomendava que os governos individualmente, ou **por meio de convênios**, tomassem providências destinadas a elevar o nível educacional, a estender facilidades educacionais e a melhorar, em geral, o papel da educação, como uma contribuição importante para o entendimento e a solidariedade interamericana. (FONSECA, C. S., 1961, p. 563, v. 1, grifo nosso).

Com base nesta Resolução, firmou-se um acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o *Inter-American Educational Foundation Inc.*, órgão subordinado a *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), cuja cláusula IV estabelecia a criação de uma comissão especial que teria como função a aplicação do programa de cooperação educacional entre os E.U.A. e o Brasil: nascia a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). O programa seria dirigido por um superintendente brasileiro e um representante estadunidense. O brasileiro seria o titular da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação, no caso Francisco Montojos, substituído em 1949 por Italo Bologna; em 1951, assumia o cargo Sólton Guimarães; este, por sua vez, foi substituído, a partir de 1953, por

Flávio B. Sampaio, sucedido em 1955 por Carlos Pasquale. Em dezembro do mesmo ano, retorna ao cargo Francisco Montojos, que permaneceu até fevereiro de 1961, quando foi substituído por Armando Hildebrand, coincidindo com a transição para o governo Jânio Quadros. No caso do representante estadunidense, vários engenheiros sucederam-se no cargo, sendo que o primeiro titular foi John B. Griffing.

De acordo com Celso Suckow da Fonseca, o programa de ação da CBAI compunha-se de doze pontos:

- 1) Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores;
- 2) Estudo e revisão do programa de ensino industrial;
- 3) Preparo e aquisição de material didático;
- 4) Ampliação dos serviços de bibliotecas; verificar a literatura técnica existente em espanhol e português; examinar a literatura técnica existente em inglês e providenciar sobre a aquisição e tradução das obras que interessarem ao nosso ensino industrial;
- 5) Determinar as necessidades do ensino industrial;
- 6) Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas;
- 7) Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes;
- 8) Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão dos serviços centrais de administração escolar;
- 9) Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão das escolas;
- 10) Estudo dos critérios de registros de administradores e professores;
- 11) Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial;

- 12) Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério da Educação, bem como a possibilidade de estabelecer outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos, etc. (FONSECA, C.S., 1961, p. 565. v. 1).

Para a concretização do acordo de cooperação educacional, a *Inter-American Educational Foundation Inc.* empenharia-se em enviar especialistas para o desenvolvimento do ensino industrial no Brasil. Também professores e técnicos brasileiros iriam aos E.U.A. para realizarem treinamento na área. Comprometia-se ainda a entidade estadunidense com a preparação de material didático e recursos auxiliares para a formação de docentes. O Relatório do Ponto IV de 1957 estabelecia duas características básicas do Programa: a preparação de educadores e projetos para solucionar problemas educacionais que estão a entrar o progresso econômico brasileiro, e "estimular o conceito de 'companheiros de progresso', que se enquadra tão bem dentro do conceito do sistema interamericano".³ Observe-se o cuidado em colocar a relação de "companheirismo" entre as duas nações, e não a dependência de uma em relação a outra. Em outro texto, essa questão volta à tona, quando se destaca

a harmonia que se nota neste empreendimento em que brasileiros e americanos trabalham ombro a ombro. [...] Foi uma agradável impressão ver que o Brasil e os Estados Unidos, através da CBAI, estão trabalhando por um sistema educacional mais de acordo com as necessidades locais.⁴

³ EXTRATO do Relatório de 1957 da USOM/B (Ponto IV). **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIII, n. 1, p. 13, jan. 1959.

⁴ A COMISSÃO Brasileiro-Americana perante a indústria nacional e a Escola Técnica de Curitiba. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIII, n. 2, p. 8, fev. 1959.

Retornando ao já citado Relatório, destaca-se o entendimento entre os governos do Brasil e dos E.U.A. sobre a necessidade do Acordo de Cooperação, pois o mesmo atenderia os interesses de ambas as partes. Curiosamente, na seqüência é destacado apenas o benefício que o Programa traria para o Brasil, que seria a preparação de educadores para resolver problemas educacionais que obstam o desenvolvimento do país; em nenhum momento aparece qual seria a vantagem dos E.U.A. na participação do Acordo. A omissão, muitas vezes, pode ser extremamente esclarecedora...

Segundo Celso Suckow da Fonseca, os recursos financeiros para o programa seriam da ordem de US\$ 500.000,00 por parte do governo brasileiro, e de US\$ 250.000,00 por parte da Fundação estadunidense, que deveriam ser aplicados entre 01 de janeiro de 1946 e 30 de junho de 1948. (FONSECA, C. S., 1961, p. 565. v. 1). Maria Ciavatta informa que

no período mencionado, o orçamento para a educação industrial foi de US\$ 5.135.000,00 aproximadamente. Isto dá uma idéia da importância que teve a CBAI no desenvolvimento do ensino industrial no Brasil. A Comissão recebeu o equivalente a quase 20% do orçamento total para a educação industrial. Inclui-se no orçamento total a manutenção das unidades escolares, pagamento de pessoal, material didático, etc. Logo, o equivalente a quase 20% deste total pode ser considerado um grande investimento. (CIAVATTA, s.n.t., s.p.).

De acordo com o item 12 do programa de ação acima citado, podemos observar que há uma clara tentativa de homogeneização das atividades referentes ao ensino industrial no país, não se restringindo apenas às Escolas Técnicas e Industriais oficiais mantidas pelo MES. Nenhuma instituição deveria fugir do padrão que se pretendia impor a esse ramo de ensino, caracterizando tal programa, e outros de cooperação internacional, como "instrumentos ideológicos, através dos quais se instauraria o

novo cosmopolitismo e se reforçaria a condição de dependência", com o objetivo de "reformular o ensino brasileiro e difundir os valores, as normas e os princípios da sociedade capitalista" (NUNES, 1980, p. 38).

Em termos práticos, a CBAI iniciou suas atividades em 1947, com uma reunião de diretores de estabelecimentos de ensino industrial, realizada entre janeiro e fevereiro no Rio de Janeiro, cidade definida como sede do programa. Na II Reunião de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Industrial, caracterizada como "um pequeno curso de especialização de dirigentes de estabelecimentos de ensino industrial" (FONSECA, C. S., 1961, p. 566. V. 1), os dirigentes de instituições de ensino industrial, ao participarem de conferências com especialistas estadunidenses, tomaram ciência do conteúdo e dos objetivos do programa. Estes, de acordo com Francisco Montojos, eram os seguintes:

- a) promover o aperfeiçoamento de nossos diretores, ampliando-lhes os conhecimentos sobre administração escolar e suscitando e desenvolvendo neles novas atitudes e novas disposições em relação aos problemas do ensino industrial;
- b) assegurar uma unidade de orientação, de espírito e de diretrizes nas escolas de ensino industrial do país;
- c) assegurar à administração central de ensino informações sobre as escolas e sobre o campo industrial a que cada uma serve, de modo a contribuir para o esclarecimento da política a ser seguida na educação industrial;
- d) analisar a eficiência do ensino ministrado nas escolas e confrontar resultados;
- e) fornecer subsídios para o planejamento dos trabalhos escolares dos estabelecimentos federais no ano corrente de 1947;
- f) iniciar o levantamento de dados para a organização de um plano de melhoria e enriquecimento do equipamento e material didático das escolas federais

o qual será realizado em parte com os recursos da CBAI;

- g) colaborar para que os diretores das escolas de ensino industrial melhor se conheçam mutuamente e, por esta forma, intensifiquem a troca de informações e de experiências e dêem (*sic*) início à formação de um desejável espírito de grupo;
- h) levar os diretores a melhor conhecerem as técnicas e processos em uso nas grandes organizações industriais do país;
- i) despertar o interesse das autoridades, dos industriais e do público em geral, para os problemas da educação industrial;
- j) servir com experiência e dar indicação da possibilidade e da eficiência da realização de reuniões nestes moldes;
- k) enfim, não é de se desprezar o fato de ter a administração central do ensino, com esta reunião, oportunidade de colher impressões e apurar seu julgamento sobre a formação de cada diretor, seu interesse e entusiasmo pelas coisas da educação em geral e, de modo particular, pelos problemas do ensino industrial. (MONTJOIS, 1949, p. 57).

Na programação do evento, além das reuniões de estudo sobre a situação do ensino industrial no Brasil, havia também a realização de trabalhos práticos, por parte dos diretores, bem como visitas a fábricas situadas nas proximidades.

Como se pode observar, a idéia é a de se fazer um profundo diagnóstico da situação do ensino industrial, dentro de uma visão ainda marcadamente centralizadora, agora sob a batuta não só da Divisão do Ensino Industrial (DEI), mas principalmente da CBAI. Fica evidenciada a grande responsabilidade dos diretores das escolas técnicas e industriais, pois serão eles os responsáveis pelo encaminhamento as ações propugnadas pela CBAI para a preparação da força de trabalho ajustada às novas necessidades da racionalidade capitalista. No

dizer do então Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação,

reputo fundamental e decisivo o papel do diretor em um estabelecimento de ensino. Ele é que lhe imprime o caráter e lhe vitaliza as atividades: [...] Quer como agente do poder público juntos às comunidades, quer como representante da sociedade na tarefa ingente de orientar a educação das novas gerações e a formação da mentalidade técnica do país, quer ainda como chefe de uma empresa que dirige e administra, a tarefa do diretor é servir. (MONTOJOS, 1949, p. 58).

Também no mês de fevereiro de 1947, iniciou-se o primeiro curso voltado aos professores das escolas industriais federais. Tal curso dividia-se em duas etapas:

na primeira, seriam os professores selecionados, concentrados na Escola Técnica Nacional, no então Distrito Federal, a fim de procederem a uma revisão de conhecimentos gerais e técnicos, estudo da língua inglesa e atualização e ampliação dos conhecimentos sobre a vida econômica e social do Brasil; a segunda parte constaria de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, para onde seguiriam os professores das diferentes escolas, que se houvessem revelado capazes na primeira fase do curso. (FONSECA, C. S., 1961, p. 567. v.1)

Em maio do mesmo ano, os professores participantes do curso vão aos E.U.A., onde passam um ano, sendo seis meses de estágio em escolas profissionais locais, três meses em indústrias e outros três meses em um curso de formação pedagógica (FONSECA, C. S., 1961, p. 567. v. 1). Ainda em 1947, no mês de setembro, é a vez dos diretores de dez das escolas técnicas e industriais federais rumarem aos E.U.A. para freqüentar o curso de especialização.

No *Pennsylvania State College* desenvolveu-se o curso, constando do respectivo currículo, análise do trabalho,

organização e planejamento de cursos, metodologia do ensino, organização e direção de oficinas, objetivos e organização do ensino industrial, administração do ensino industrial, supervisão do ensino industrial e métodos de inquérito, sendo os professores personalidades de destaque no ensino industrial americano. (FONSECA, C. S., 1961, p. 568. v. 1).

Os demais diretores vão fazer o mesmo curso nos E.U.A. a partir de fevereiro de 1948.

Enquanto isso, ao longo do ano de 1947, cursos para professores são realizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, que servirão para a futura implementação dos cursos de férias, nessas mesmas cidades.

O governo Gaspar Dutra, em sua Mensagem ao Congresso Nacional de 1948, reconhecia que "a rede de ensino industrial, [...] não obstante o seu gradativo desenvolvimento, ainda está muito longe de atender às necessidades da nossa formação econômica e da mão-de-obra qualificada, reclamada pela indústria brasileira". (BRASIL/MEC/INEP, 1987, p. 166. V.1). Sem sombra de dúvida, esse é o grande mote apregoado para a expansão do ensino industrial, que já vinha desde a década de 1930, e se estenderá ao longo da chamada *República populista* (1946-1964). No caso do período Gaspar Dutra, a questão centra-se na ampliação do espaço físico das escolas e na compra de novos equipamentos para as mesmas, aliadas à colaboração estadunidense via CBAI. Tal situação é explicitada na Mensagem do presidente Dutra ao Congresso Nacional, de 1949:

[...] Não se limitou o Governo a construir novos edifícios ou ampliar os existentes. Melhora, renova e amplia as atuais instalações das escolas e adquire novos equipamentos. No exercício passado, cerca de Cr\$ 8.000.000,00 foram despendidos na aquisição de máquinas operatrizes, aparelhos, utensílios de oficinas e de laboratórios e materiais diversos, a serem distribuídos pelas diferentes escolas.

Para 1949, estão previstas, entre outras, as seguintes providências: continuação do aparelhamento das oficinas e laboratórios escolares; organização de novos tipos de séries metódicas; e prosseguimento no programa de construções. (BRASIL/MEC/INEP, 1987, p. 180. V.1)

Em junho de 1948 encerrou-se o prazo de vigência do Acordo, que através de novo documento é renovado por um ano, e assim sucessivamente ao longo de todo o período de funcionamento da CBAI, até 1963⁵.

Em janeiro de 1949, em seu discurso de posse, o presidente dos E.U.A., Harry Truman, propôs quatro diretrizes para a política externa estadunidense, e uma delas, a quarta, especificava: "tornar o conhecimento técnico norte-americano disponível para as regiões mais pobres do mundo". (Apud MALAN, In: FAUSTO, 1984, p. 68). Essa linha de ação se concretizou num programa que se tornou conhecido como **Ponto IV**, e que estabelecia uma verba de US\$ 45 milhões destinados aos países latino-americanos na forma de cooperação e assistência técnica. A partir de junho de 1950, quando o Congresso dos E.U.A. aprova o Ponto IV, a CBAI passa a se subordinar a esse programa.⁶ O Ponto IV pode ser considerado como um desdobramento, ainda que insatisfatório, dos trabalhos da *Missão Abbink*, constituída em 1948, que realizou estudos detalhados a respeito dos problemas da economia brasileira⁷, incluindo a insuficiência de mão-de-obra qualificada, e recomendando projetos

⁵ As atividades da CBAI no Brasil se prolongarão até 1963, com a edição do Decreto n° 53.041, que considerava não haver mais conveniência na manutenção do acordo de cooperação. Tal Decreto foi uma resposta do governo brasileiro à participação do Ponto IV na conspiração contra o então presidente João Goulart. Ver AMORIM, 2004, p. 339.

⁶ Quando da aprovação do Ponto IV, a verba destinada ao programa reduziu-se para US\$ 34, 5 milhões. Ver MALAN, In: FAUSTO, 1984, pp. 68-9.

⁷ Outros países latino-americanos tinham as suas Comissões específicas. Apud MALAN, In: FAUSTO, 1984, p. 69.

para a superação das várias dificuldades. (IANNI, 1977, pp. 95 e 99). De acordo com Gérson Moura, o Ponto IV

era uma espécie de primo pobre do Plano Marshall; este era um plano que os Estados Unidos puseram em ação na Europa desde 1947, com a finalidade de recuperar a economia europeia abalada pela guerra e se contrapor à influência da União Soviética. O contraste entre o *Plano Marshall* e o *Ponto 4* era cruel: o primeiro dispunha de 3 bilhões e 100 milhões de dólares e o segundo, de apenas 35 milhões; o primeiro emprestava e doava com vistas ao reerguimento da economia industrial do 1º mundo; o segundo propunha-se a fornecer programas de assistência técnica e a desenvolver a exploração de matérias-primas nas áreas "*backward*" (atrasadas). No Brasil, o *Ponto 4* interessou-se particularmente na assistência a programas de saúde e treinamento industrial. (MOURA, 1984, p. 80)

A disparidade verificada entre os valores dos recursos claramente indica a prioridade do governo estadunidense no momento, até pelo fato de a Europa ser considerada como área estratégica pelos E.U.A., nos embates da Guerra Fria. Mas a América Latina não ficou de fora das suas preocupações, como bem demonstram os acordos de cooperação firmados na época.

Se considerarmos que o terceiro ponto do supracitado discurso de posse de Truman estabelecia o "fortalecimento das nações 'amantes da liberdade'" (Apud MALAN, In: FAUSTO, 1984, p. 68), podemos concluir que o conteúdo do Ponto IV subordina-se a essa lógica.

Um exemplo da maneira como os E.U.A. encaravam a colaboração com os países latino-americanos a partir do pós-guerra é dado pelo supracitado John Griffing:

Os Estados Unidos não aceitam a teoria antiquada de que algumas nações deveriam ser fortes e ricas e fabricar mercadorias para vender às nações mais pobres que só produzem matérias-primas. Eles reconhecem, pelo contrário, o princípio básico de que quanto maior for a

proporção de produção de alimentos e de artigos manufaturados pelo Brasil, maior será sua força como um aliado na defesa do hemisfério e seu valor como um comprador de produtos dos Estados Unidos em tempo de paz. É vantajoso para os Estados Unidos de qualquer modo, que a sua nação irmã, abaixo do Equador, faça o maior progresso em produção, industrialização, prosperidade e padrão de vida.

Consideremos um exemplo específico. Há atualmente um movimento no Brasil para estabelecer uma grande fábrica nacional de tratores e maquinaria agrícola. De acordo com a atitude antiga, os Estados Unidos deveriam deplorar esta realização porque isto significa perda de venda de maquinaria. Por outro lado, uma visão mais esclarecida encontra na popularização de um trator nacional, mais barato e eficiente, um meio de criar uma fonte de riqueza que poderá determinar a aquisição de centenas de espécies de mercadorias.⁸

Ficam claros aqui alguns componentes do projeto de *americanização* da América Latina, destacando-se a ideologia do progressivismo, já que o representante estadunidense defende a necessidade de produção de bens manufaturados para o progresso econômico do Brasil, o que o tornaria um parceiro mais forte na luta contra a expansão do socialismo no continente. Nesse caso, também a ideologia tradicionalista, da defesa dos valores ocidentais, está presente. Por fim, o valor da democracia, aqui como expressão de uma soberania que o Brasil adquiriria através do desenvolvimento do setor industrial, que atingiria a todos sem exceção. Sob esse ponto de vista, para as camadas menos favorecidas da população o ensino técnico-profissional poderia ser visto como uma possibilidade de ascensão social, por isso a necessidade de promover a sua expansão, desde que de acordo com os parâmetros traçados pela CBAI. Clarice Nunes acrescenta, a

⁸ GRIFFING, John B. Cooperação brasileiro-americana de ensino industrial. *Boletim da CBAI*, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 1-2, jan. 1947.

respeito dessa passagem, que também "estava presente a função ideológica de preparar pessoas ajustadas a suas respectivas responsabilidades, convencidas da racionalidade capitalista e da possibilidade de vigência de um regime democrático". Também não deixa de notar as novas relações de dependência a partir da criação de exigências de importação, bem como "a identificação dessa política com as necessidades de manutenção da coexistência pacífica". (NUNES, 1980, p. 42).

Conclusão

A partir da nova conjuntura advinda com o pós-guerra, baseada na divisão do mundo em dois blocos opostos, e com o alinhamento do Brasil no bloco liderado pelos E.U.A., há um crescimento da influência estadunidense no Brasil, através da divulgação do *american way of life*, tão bem expressado na ideologia do americanismo. Tem-se assim que

a política cultural instaurada com a redemocratização estava impregnada pelos valores do capitalismo central que, no intuito de reorganizar a relação dominadora, fornecia incentivo e apoio à industrialização brasileira, como também estimulava a reestruturação funcional do sistema de ensino nessa direção, com a finalidade de controlar as novas necessidades político-econômicas geradas no âmbito da sociedade dependente. (NUNES, 1980, p. 35).

No caso específico do ensino industrial, verifica-se uma grande ênfase no discurso da urgente necessidade da preparação de técnicos para atender as demandas do setor secundário da economia, cuja qualificação, além de permitir-lhes a garantia de emprego e ascensão social, possibilitaria ao país a superação de sua

condição de subdesenvolvido⁹. Portanto, há que se destacar a maior relevância dada ao ideal de progressivismo no âmbito de tal ideologia, mas ressaltando-se que não é suficiente apenas a vontade política de alcançar o desenvolvimento, é necessário que se conheçam os caminhos adequados para tanto. Esta será, pois, a missão da CBAI: a divulgação dos métodos e procedimentos baseados na racionalização científica como o percurso a ser percorrido na formação de professores para este ramo de ensino, e que posteriormente empregarão tais processos no trabalho docente.

Referências

AMORIM, Mário Lopes. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963)**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOLETIM DA CBAI. Rio de Janeiro: Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1947-1957.

BOLETIM DA CBAI. Curitiba: Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1958-1961.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília: INEP, 1987. V.1.

⁹ Tal discurso está colocado de forma muito clara e explícita nos exemplares do Boletim da CBAI, periódico editado para divulgação das atividades da CBAI, publicados a partir de 1947 até 1961.

Clavatta, Maria. **A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial formando o trabalhador para a produtividade.** S.n.t., mimeo.

Fonseca, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** RJ: Nacional, 1961. 2 v.

Ianni, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** RJ: Civilização Brasileira, 1977.

Malan, Pedro S. **Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964).** In: Fausto, Boris (dir.) **História geral da civilização brasileira.** Tomo III, 4. vol. SP: Difel, 1984.

Mendonça, Sonia R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** 2. ed. RJ: Graal, 1985.

Montojos, Francisco. **Ensino industrial.** RJ: MES/CBAI, 1949.

Moura, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil – a penetração cultural americana.** SP: Brasiliense, 1984.

Nunes, Clarice. **Escola e dependência – o ensino secundário e a manutenção da ordem.** RJ: Achiamé, 1980.

Saretta, Fausto. **A política econômica brasileira (1946/1950).** *Revista de sociologia e política*, Curitiba, n. 4 e 5, p. 113-129, 1995.

Tota, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor.** SP: Cia. Das Letras, 2000.

Mário Lopes Amorim. Endereço: rua Maximino Zanon, 345 – ap. 44B – CEP: 82510-250 Curitiba/Paraná. Endereço eletrônico: marioamorim@utfpr.edu.br. Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Endereço da instituição: avenida Sete de Setembro, 3165 – CEP: 80230-901.

Curitiba/Paraná. Área de atuação: Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE), atuando como Professor Colaborador, ministrando a disciplina *Contexto Sócio-Histórico da Educação Profissional*.

Recebido em: 19/08/2007

Aceito em: 15/11/2007